



Ministério da Educação

~~CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA~~

~~EXTRATO DE CONTRATO~~

~~CONTRATO 12/2016 Processo: 23063.002057/2016-96 Celebrantes: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ e EMPRESA TRIPS PASSAGENS E TURISMO LTDA-EPP-Objeto: Contratação de serviços de agenciamento de viagens para voos não atendidos pelas empresas aéreas credenciadas, domésticos e internacionais destinado ao CEFET/RJ. Data da Assinatura: 25/08/2016. Vigência: 25/08/2016 a 25/08/2017. Assinam: CARLOS HENRIQUE FIGUEIREDO ALVES/Diretor Geral do CEFET e MARLI MARIA DE JESUS DENSER/EMPRESA TRIPS PASSAGENS E TURISMO LTDA-EPP.~~

~~RETIFICAÇÃO~~

~~Na publicação do dia 25/08/2016, Seção 3, página 30, onde se lê vigência 10/08/2016 a 10/08/2017, leia-se vigência 10/08/2016 a 10/08/2021.~~

~~CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS~~

~~EXTRATO DE CESSÃO DE USO Nº 2/2016~~

~~Nº Processo: 23062.005199/2016-17. CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS. CNPJ CREA JR MG: 17.254.509/0001-63. Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA JR MG -. OBJETO: Autorização de uso de salas de aula e demais instalações físicas do CEFET-MG Campus Divinópolis, para realização de um curso sobre Excel aplicado à engenharia, do básico ao avançado. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Vigência: 25/08/2016 a 24/09/2016. Valor: 200,00. Data de assinatura: 25/08/2016.~~

~~EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2016 - UASG 153015~~

~~Nº Processo: 23062000687201620. PREGÃO SISPP Nº 24/2016. Contratante: CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS. CNPJ Contratado: 21577421000150. Contratado: TROIA PROJETOS, ASSESSORIA, CONSULTORIA E LOCAÇÃO DE VE. Objeto: Aquisição de projeto executivo para instalação de sistema completo para abastecimento de gases acetileno, ar comprimido, ar sintético, argônio, gás carbônico, GLP, hélio, hidrogênio, linha neutra, linha de vácuo, nitrogênio, óxido nitroso e oxigênio para ensaios laboratoriais dos cursos técnicos de edificações, metalurgia e química do edifício B da unidade Timóteo do CEFET-MG. Fundamento Legal: Lei 8.666 - Vigência: 01/09/2016 a 31/12/2016. Valor Total: R\$9.650,00. Fonte: 112000000 - 2016NE801081. Data de Assinatura: 01/09/2016.~~

~~(SICON - 01/09/2016) 153015-15245-2016NE800014~~

~~COLÉGIO PEDRO II~~

~~EXTRATO DE CONTRATO Nº 35/2016 - UASG 153167~~

~~Nº Processo: 23040003233201669. DISPENSA Nº 98/2016. Contratante: COLEGIO PEDRO II - CNPJ Contratado: 14184366000172. Contratado: SABOR CARIOCA COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - ME. Objeto: Contratação emergencial de empresa especializada na aquisição de gêneros alimentícios para atender os campi do Colégio Pedro II. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002, Decreto 2.271/1997, IN SLTI/MPOG 2/3008 - suas alterações. Vigência: 27/06/2016 a 27/12/2016. Valor Total: R\$759.622,57. Fonte: 118033907 - 2016NE800436 - Fonte: 118033907 - 2016NE800437 - Fonte: 118033907 - 2016NE800438 - Fonte: 118033907 - 2016NE800439 - Fonte: 118033907 - 2016NE800440 - Fonte: 118033907 - 2016NE800441 - Fonte: 100000000 - 2016NE800442. Data de Assinatura: 27/06/2016.~~

~~(SICON - 01/09/2016) 153167-15201-2016NE000001~~

~~EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 36/2016 UASG 153167~~

~~Nº Processo: 23040003823/2016 - Objeto: Contratação da ACR Produções Musicais e Comunicação Ltda. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso III da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Valor dentro do limite estabelecido pela Lei nº 8.666/93. Declaração de Inexigibilidade em 01/09/2016. JACQUELINE BATHOMARCO CORREA. Pró-reitora de Administração. Ratificação em 01/09/2016. OSCAR HALAC. Reitor. Valor Global: R\$ 3.000,00. CNPJ CONTRATADA: 02.130.605/0001-22 - ACR-PRODUÇÕES MUSICAIS E COMUNICAÇÃO LTDA - ME.~~

~~(SIDEI - 01/09/2016) 153167-15201-2016NE000001~~

~~EDITAL Nº 37, DE 31 DE AGOSTO DE 2016 CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO~~

~~A Pró-reitora de Ensino, no uso de suas atribuições, consoante ao disposto no Decreto nº 6.944, de 21/08/2009, publicada no DOU de 24/08/2009, na Portaria MEC nº 1.134, de 02/12/2009, publicada no DOU de 03/12/2009, no Decreto nº 8.260, de 29/05/2014, publicado no DOU de 30/05/2014 em conformidade com a Lei nº 8.112/1990, Lei nº 11.784/2008, Lei nº 12.772/2012 e Lei nº 12.990/2014, torna público que estarão abertas as inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos destinado ao provimento de 14 cargos efetivos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico na Classe inicial e Nível inicial do Quadro de Pessoal Permanente do Colégio Pedro II.~~

~~T 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES~~

~~T 1.1. O Concurso Público a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade da Pró - reitoria de Ensino do Colégio Pedro II e compreenderá, para todas as disciplinas constantes deste Edital, a aplicação de PROVA ESCRITA contendo questões objetivas de múltipla escolha e discursivas, PROVA DE DESEMPENHO DIDÁTICO (Prova de Aula) e ANÁLISE DE TÍTULOS.~~

~~T 1.2 A INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO IMPLICA, DESDE LOGO, O CONHECIMENTO E A TÁCITA ACEITAÇÃO PELO CANDIDATO DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.~~

~~T 1.3 O presente Concurso Público destina-se ao provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para as disciplinas discriminadas a seguir, na Tabela I deste Edital:~~

~~T TABELA I~~

~~T REGIME DE TRABALHO: 40 HORAS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA~~

~~T VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 160,00~~

Área / Disciplina	Requisitos Acadêmicos (Formação) Diplomas expedidos por Instituição reconhecida pelo MEC	Total de Vagas	Fila de Espera
ARTES VISUAIS	Licenciatura Plena em Educação Artística com Habilitação em Artes Plásticas /História da Arte ou Licenciatura Plena em Artes Visuais	1	4
BIOLOGIA	Licenciatura Plena em Biologia	1	4
DESENHO	Licenciatura Plena em Desenho e Plástica ou Licenciatura Plena em Educação Artística com Habilitação em Desenho ou Licenciatura Plena em Matemática com Habilitação em Desenho	1	4
EDUCAÇÃO FÍSICA	Licenciatura Plena Educação Física.	1	4
EDUCAÇÃO MUSICAL	Licenciatura Plena em Educação Musical ou Licenciatura Plena em Educação Artística, com habilitação em Música	1	4
FRANCÊS	Licenciatura Plena em Letras com habilitação em Francês	1	4
GEOGRAFIA	Licenciatura Plena em Geografia	1	4
HISTÓRIA	Licenciatura Plena de História	1	4
INFORMÁTICA EDUCATIVA	Licenciatura Plena em Computação ou em Informática; ou em Informática Educativa ou Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento e Especialização em Informática Educativa ou em Tecnologia Educacional ou Educação Tecnológica ou em Tecnologias Aplicadas à Educação ou em Mídias na Educação ou em Educação a Distância; ou Graduação em Pedagogia e Especialização em Informática Educativa ou em Tecnologia Educacional ou Educação Tecnológica ou em Tecnologias Aplicadas à Educação ou em Mídias na Educação ou em Educação a Distância; ou Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento e Mestrado em Educação (com linha de pesquisa voltada para aplicações das TICs) ou Mestrado em Informática (com linha de pesquisa volta da para aplicações educacionais das TICs); ou Graduação em Pedagogia e Mestrado em Educação (com linha de pesquisa voltada para aplicações das TICs) ou Mestrado em Informática (com linha de pesquisa voltada para aplicações educacionais das TICs)	1	4
INGLÊS	Licenciatura Plena em Matemática	1	4
MATEMÁTICA	Licenciatura Plena em Português	1	4
PORTUGUÊS	Licenciatura Plena em sociologia	1	4
SOCIOLOGIA	Curso Superior de Pedagogia com habilitação em Magistério para Educação infantil; ou Formação de Professores de 1ª a 4ª série de Ensino Fundamental, em nível médio e Licenciatura Plena	1	4
EDUCAÇÃO INFANTIL		1	4

T 1.3.1 Com base na Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, não serão aceitos Certificados de Complementação Pedagógica como Requisito Acadêmico (Formação).

T 1.4 Não haverá reserva de vagas para cota racial ou pessoas com deficiência em virtude do quantitativo oferecido.

T 1.5 O regime de trabalho será de 40 horas semanais com Dedicção Exclusiva, cujos vencimentos se encontram discriminados na Tabela II a seguir:

~~T TABELA II~~

~~T CARREIRA DE MAGISTÉRIO DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO~~

~~T 40 HORAS SEMANAIS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA~~

TITULAÇÃO	CLASSE/NÍVEL	VENCIMENTO BÁSICO (R\$)	RT - RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO (R\$)	TOTAL GERAL
GRADUAÇÃO	D1-01	4.014,00	-----	4.014,00
ESPECIALIZAÇÃO	D1-01	4.014,00	616,83	4630,83
MESTRADO	D1-01	4.014,00	1931,96	5945,96
DOCTORADO	D1-01	4.014,00	4625,50	8639,50

T 1.6. As vagas serão preenchidas em ordem rigorosa de classificação dos candidatos aprovados, de acordo com a necessidade e a conveniência do Colégio Pedro II, para exercício em qualquer um dos seus campi.

T 1.7. O horário de trabalho do candidato aprovado, conforme a necessidade do Colégio Pedro II, deverá compreender dois turnos entre manhã, tarde e noite.

T 1.8. O regime jurídico no qual serão nomeados os candidatos aprovados e classificados será o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da União, instituído pela Lei Federal nº 8.112/1990.

T 1.9 O valor da taxa de inscrição é de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais).

T 1.10. O cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico possui os seguintes benefícios:

T I -Auxílio Alimentação: R\$458,00;

T II - Auxílio Transporte: opcional, com valor variável em relação ao local de moradia;
T III - Auxílio Creche: R\$321,00 por dependente até 05 anos de idade; e
T IV - Assistência à Saúde per capita: reembolso parcial do Plano de Saúde, variável de acordo com a faixa salarial e etária do titular do cargo e de seus respectivos dependentes.

T 1.11. O Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico será responsável por atividades relacionadas com a Educação Básica, Profissional e Tecnológica, prioritária e preferencialmente no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, em todas as áreas de sua formação, nos diversos níveis e modalidades de ensino ministrados no Colégio Pedro II. Responderá também por ações inerentes ao exercício de Direção, Assessoramento, Chefia, Coordenação e Assistência no Colégio Pedro II, além de outras atribuições previstas na legislação vigente.

T 1.12 As provas deste Concurso Público serão realizadas nos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Niterói.

T 1.13 Para todos os fins deste Concurso Público será considerado o horário oficial de Brasília/DF.

T 2. DOS REQUISITOS EXIGIDOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

T 2.1. São requisitos para investidura no cargo:

T 2.1.1 Ter sido classificado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital, seus anexos e eventuais retificações.

T 2.1.2. Ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do §1º do art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº 70.436, de 18 de abril de 1972.

T 2.1.2.1. Se estrangeiro, ter visto de permanência em território nacional que permita o exercício de atividade laborativa no Brasil.

T 2.1.2.2. O candidato de nacionalidade estrangeira deverá ter fluência na Língua Portuguesa, comprovada mediante apresentação de Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa, fornecida pelo CELPE-BRAS (MEC - Ministério da Educação - <http://portalme.gov.br/sesu>).

T 2.1.3. Ter idade mínima de 18 anos completos.

T 2.1.4. Estar em gozo dos direitos políticos.

T 2.1.5. Estar quite com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as militares.

T 2.1.6. Não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa.

T 2.1.7. Apresentar declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública e sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão.

T 2.1.7.1 Não receber proventos de aposentadoria ou exercer cargo/emprego público que caracterizem acumulação ilícita de cargos, na forma do inciso XVI e § 10 do art. 37, da Constituição Federal.

T 2.1.7.2 Não participar de sociedade privada na condição de administrador ou sócio-gerente, na forma da lei.

T 2.1.8. Apresentar declaração de bens e valores que constituam patrimônio.

T 2.1.9. Possuir e comprovar os requisitos exigidos para o cargo, no ato da posse, sendo que a escolaridade exigida como formação, discriminada na Tabela I, deverá ter sido realizada em Instituição de Ensino reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

T 2.1.9.1 Ter seu diploma de habilitação específica que comprove a escolaridade, devidamente revalidado e registrado no Brasil, se obtido no exterior.

T 2.1.10. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, conforme art. 5º, inciso VI, da Lei nº 8.112/1990, incluindo-se a compatibilidade de deficiência, que será averiguada em exame médico admissional, de responsabilidade do Colégio Pedro II, para o qual se exigirão exames laboratoriais e complementares a expensas do candidato. Esta avaliação terá caráter eliminatório.

T 2.1.11. Não registrar antecedentes criminais.

T 2.2. Os candidatos aprovados serão nomeados segundo o Resultado Final respeitando as vagas disponíveis informadas neste Edital.

T 2.3. Somente serão empossados os candidatos considerados aptos em inspeção médica de saúde física e mental, as quais serão realizadas pela Perícia Oficial em Saúde do Colégio Pedro II.

T 2.4. Por ocasião da posse será exigida dos nomeados a apresentação de todos os documentos indicados para investidura nos cargos relacionados neste Edital, em original e duas cópias, bem como os demais documentos exigidos pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas do Colégio Pedro II e outros que possam vir a ser requisitados.

T 2.5. Não poderá retornar ao Serviço Público Federal, na forma do parágrafo único do art. 137 da Lei nº 8.112/90, o servidor que foi demitido ou destituído do cargo em comissão, nas seguintes hipóteses: a) crime contra a Administração Pública; b) improbidade administrativa; c) aplicação irregular de dinheiro público; d) lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional; e e) corrupção.

T 2.6. O candidato aprovado será convocado para a posse, que deverá ocorrer no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de sua nomeação. O não pronunciamento do convocado no prazo estipulado obrigará o Colégio Pedro II a tornar sem efeito a respectiva portaria de nomeação, excluindo-o do Concurso Público e convocando o próximo candidato aprovado.

T 2.6.1. O candidato deverá entrar em efetivo exercício em até 15 (quinze) dias da data da posse.

T 2.6.2. Se o efetivo exercício não ocorrer dentro do prazo estabelecido no subitem anterior, o servidor será exonerado.

T 2.7. Poderão ser solicitados para o desempenho das atribuições do cargo, registros em Conselhos Profissionais competentes, quando cabível, e outras exigências estabelecidas em lei.

T 2.8. O candidato nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito ao Estágio Probatório, nos termos do art. 41, caput, da Constituição Federal, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/1998, durante o qual sua aptidão, capacidade e desempenho no cargo serão avaliados.

T 2.8.1. Durante o Estágio Probatório, é vedada a mudança de regime de trabalho, conforme disposto no § 1º do art. nº 22 da Lei nº 12.772/2012, bem como remoção ou redistribuição, exceto no interesse da Administração Pública ou nos casos previstos em lei ou regulamentação interna.

T 2.9. O candidato com deficiência que no decorrer do Estágio Probatório apresentar incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será exonerado.

T 2.9.1. A compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada pelo candidato será avaliada durante o Estágio Probatório, na forma estabelecida no § 2º do art. 43 do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações.

T 2.9.2. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

T 2.10. Anular-se-ão, sumariamente, a inscrição e todos os atos dela decorrentes, se o candidato não comprovar, no ato da investidura no cargo, os requisitos básicos exigidos neste capítulo.

T 3. DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO PÚBLICO

T 3.1. As inscrições neste Concurso Público se realizarão exclusivamente pela INTERNET das 14h00min do dia 03 de outubro de 2016, às 23h59min do dia 17 de outubro de 2016, no site www.cp2.g12.br

T 3.2. Para efetuar a inscrição, o candidato deverá adotar os seguintes procedimentos:

T 3.2.1. Estar ciente de todas as informações sobre este Concurso Público disponíveis no site do COLÉGIO PEDRO II (www.cp2.g12.br) e acessar, para inscrição, o link correlato ao Concurso;

T 3.2.2. Cadastrar-se no período entre 03 de outubro de 2016 e 17 de outubro de 2016, observado o horário oficial de Brasília/DF, através do requerimento específico disponível na página citada;

T 3.2.3. Optar pela disciplina a que deseja concorrer;

T 3.2.3.1. O candidato somente poderá concorrer a uma das disciplinas discriminadas na Tabela

I.

T 3.2.4. Imprimir a GRU - Guia de Recolhimento da União que deverá ser paga no Banco do Brasil, impreterivelmente, até a data de vencimento constante no documento.

T 3.3. A inscrição só será efetivada após a confirmação do pagamento feito por meio da GRU até a data do vencimento constante no documento.

T 3.3.1. O pagamento da taxa de inscrição após a data de vencimento implica o CANCELAMENTO da inscrição.

T 3.4. Não será aceito agendamento como comprovante de pagamento.

T 3.4.1. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias e/ou correspondentes na localidade em que se encontra, o candidato deverá antecipar o envio da documentação prevista neste Edital (quando for o caso) ou o pagamento da GRU para o 1º dia útil que antecede o feriado ou evento. No caso de pagamento da GRU, o candidato poderá ainda realizá-lo por outro meio alternativo válido (pagamento do título em caixa eletrônico, internet banking etc.), devendo ser respeitado o prazo limite determinado neste Edital.

T 3.4.2. O pagamento da inscrição poderá ser efetuado até o dia 18 de outubro de 2016.

T 3.5. O não preenchimento do Requerimento de Inscrição conforme indicado no subitem 3.2.2 impossibilitará a validação da inscrição do candidato, mesmo que tenha havido pagamento da taxa.

T 3.6. Será admitida apenas uma inscrição para cada candidato e em apenas uma das áreas /disciplinas previstas neste Edital.

T 3.6.1. Caso seja verificada mais de uma inscrição em nome de um mesmo candidato, prevalecerá aquela que houver sido realizada por último.

T 3.7. O COLÉGIO PEDRO II não se responsabiliza por solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, sobre os quais não tiver dado causa.

T 3.8. Para efetuar a inscrição é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

T 3.8.1. Terá a sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do Concurso Público o candidato que usar o CPF de terceiros para realizar a sua inscrição, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

T 3.9. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, as provas e a admissão do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

T 3.10. É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea.

T 3.11. É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outrem.

T 3.12. Não será deferida a solicitação de inscrição que não atender rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

#TEXT 3.13. O candidato declara, no ato da inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, quando de sua convocação, deverá entregar, após a homologação do Concurso Público, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o respectivo cargo.

T 3.14. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição só será devolvido em caso de suspensão ou cancelamento do Concurso Público.

T 3.15. Somente haverá isenção do pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que declararem e comprovarem hipossuficiência de recursos financeiros para pagamento da referida taxa, nos termos do Decreto Federal nº 6.593, de 2 de outubro de 2008.

T 3.15.1. Fará jus à isenção de pagamento da taxa de inscrição o candidato economicamente hipossuficiente que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico e for membro de família de baixa renda, assim compreendida aquela que possua renda per capita de até meio salário mínimo ou aquela que possua renda familiar mensal de até 03 (três) salários mínimos, nos termos do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

T 3.15.2. O pedido de isenção da taxa de inscrição deverá ser realizado no período de 04 e 05 de outubro de 2016, no momento da inscrição do candidato. Os pedidos de isenção realizados após o prazo estipulado serão desconsiderados e terão a solicitação de isenção automaticamente indeferida. Informar, no ato da inscrição, seus dados pessoais em conformidade com os que foram originalmente informados ao órgão de Assistência Social de seu Município responsável pelo cadastramento de famílias no CadÚnico, mesmo que atualmente estes estejam divergentes ou que tenham sido alterados nos últimos 45 (quarenta e cinco) dias, em virtude do decurso de tempo para atualização do banco de dados do CadÚnico a nível nacional. Após o julgamento do pedido de isenção, o candidato poderá efetuar a atualização dos seus dados cadastrais junto ao COLÉGIO PEDRO II através do sistema de inscrições on-line.

T 3.15.2.1. O Colégio Pedro II consultará o órgão gestor do Cadastro Único para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

T 3.15.3. Os pedidos de isenção realizados após o prazo estipulado serão desconsiderados e terão a solicitação de isenção automaticamente indeferida.

T 3.15.3.1. Os candidatos que forem requerer a isenção da taxa de inscrição deverão fazer sua inscrição no Concurso Público, no Colégio Pedro II, Prédio da Reitoria, Campo de São Cristóvão, 177, São Cristóvão, Térreo, no período e horário discriminado no item 3.15.2.

T 3.15.4. Os pedidos de isenção da taxa de inscrição serão julgados pelo COLÉGIO PEDRO II e o resultado será divulgado até a data provável de, 10 de outubro de 2016 após as 15 horas, no site www.cp2.g12.br.

T 3.15.5. Os candidatos cujos requerimentos de isenção do pagamento da taxa de inscrição tenham sido indeferidos poderão efetivar a inscrição no certame no prazo de inscrições estabelecido neste Edital, mediante pagamento da respectiva taxa.

T 3.15.6. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de taxa via fax ou correio eletrônico.

T 3.15.7. Não serão deferidas inscrições via fax e/ou via e-mail.

T 3.15.8. O não cumprimento de uma das etapas fixadas, a falta ou a inconformidade de alguma informação ou a solicitação apresentada fora do período fixado implicará a eliminação automática do processo de isenção.

T 3.16. As informações prestadas no requerimento de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o COLÉGIO PEDRO II do direito de excluir do Concurso Público aquele que não preencher o requerimento de forma completa, correta e/ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

T 3.17. O COLÉGIO PEDRO II disponibilizará no site www.cp2.g12.br a lista provisória das inscrições deferidas e indeferidas (se houver), no dia 27 de outubro de 2016, para conhecimento do ato e os motivos do indeferimento para interposição dos recursos cabíveis, no prazo legal.

T 3.18. Os candidatos cujas inscrições não tiverem sido deferidas, ou que tenham algum dado incorreto, terão os dias 31 de outubro de 2016 e 01 de novembro de 2016, das 9 às 16 horas para comparecer ao Colégio Pedro II, Prédio da Reitoria, Campo de São Cristóvão, 177, São Cristóvão, Térreo, para solicitar correção.

T 3.18.2. A lista definitiva das inscrições deferidas e validadas será divulgada no dia 29 de novembro de 2016, no site www.cp2.g12.br.

T 3.19. A não integralização dos procedimentos de inscrição implica a DESISTÊNCIA do candidato e sua consequente ELIMINAÇÃO deste Concurso Público.

T 3.20. O candidato, mesmo não sendo pessoa com deficiência, que necessitar de qualquer tipo de condição especial para realização das provas deverá solicitá-la no ato do preenchimento do Requerimento de Inscrição, indicando, claramente, quais os recursos especiais necessários.



T 3.20.1. Os candidatos portadores de doença infectocontagiosa que não a tiverem comunicado ao COLÉGIO PEDRO II, por inexistir a doença no momento da inscrição, deverão, assim que constatada a doença, apresentar pessoalmente ou por intermédio de seu procurador legalmente constituído, atestado médico no Protocolo Geral do Colégio Pedro II, Prédio da Reitoria, Campo de São Cristóvão, 177, São Cristóvão, Térreo. Os candidatos nesta situação, quando da realização das provas, deverão se identificar ao fiscal no portão de entrada, munidos de laudo médico, tendo direito a atendimento especial.

T 3.20.2. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar somente um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

T 3.20.2.1. Não será concedido tempo adicional para a execução da prova à candidata devido ao tempo despendido com a amamentação.

T 3.20.3. A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

T 3.21. As informações referentes à data, ao horário e ao local de realização das provas (nome do estabelecimento, endereço e sala) e área/disciplina, assim como orientações para a realização das provas, estarão disponíveis, a partir do dia 06 de dezembro de 2016, no site do COLÉGIO PEDRO II (www.cp2.g12.br), devendo o candidato efetuar a impressão do seu Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI).

T 3.21.1. O Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) NÃO será enviado ao endereço informado pelo candidato no ato da inscrição. É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

T 4. DAS PROVAS

T 4.1 O Concurso Público constará de PROVA ESCRITA com questões objetivas e discursivas, PROVA DE DESEMPENHO DIDÁTICO (Prova de Aula) e ANÁLISE DE TÍTULOS conforme a Tabela III:

T TABELA III

Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	Tipo de Prova	Conteúdo	Nº de Questões	Peso	Caráter
Todas as Disciplinas	Parte Objetiva da Prova Escrita	Conhecimento Específico e Legislação Educacional	30	2	Eliminatório e classificatório
	+				
	Parte Discursiva da Prova Escrita	Conhecimento Específico e Legislação Educacional	4	3,5	Eliminatório e classificatório
	Desempenho Didático (Prova de Aula)	Conhecimento Específico e Legislação Educacional	-	3,5	Eliminatório e classificatório
	Análise de Títulos	-	-	1	Classificatório

T 4.1.1. A Parte Objetiva da Prova Escrita, de caráter eliminatório e classificatório, constará de questões que versarão sobre os conteúdos programáticos contidos no ANEXO I, deste Edital.

T 4.1.2. Os itens da Parte Objetiva da Prova Escrita serão do tipo múltipla escolha, com 04 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.

T 4.1.3. O candidato deverá transcrever as respostas da Parte Objetiva da Prova Escrita para a Folha de Respostas, que será o único local válido para a correção das questões de múltipla escolha. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas nela contidas e neste Edital. Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

T 4.1.4. Não serão computados itens não respondidos, nem itens que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emendas ou rasuras, ainda que legíveis. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas.

T 4.1.5. O candidato deverá, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal o Caderno de Prova e a Folha de Respostas, devidamente assinado no local indicado.

T 4.1.6. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas.

T 4.1.6.1. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.

T 4.1.7. Não será permitido que as marcações na Folha de Respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal do COLÉGIO PEDRO II devidamente treinado.

T 4.1.8. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar o seu Caderno de Prova e sua Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de correção de sua Prova Escrita.

T 4.1.9. A Parte Discursiva da Prova Escrita também terá caráter eliminatório e classificatório.

T 4.1.9.1. Serão considerados aptos a terem a Parte Discursiva da Prova Escrita corrigida os candidatos que obtiverem no mínimo 60% de acertos na Parte Objetiva da Prova Escrita e classificados em até 20 (vinte) vezes o número de vagas da área de atuação/conhecimento.

T 4.1.9.2. No caso de empate entre candidatos na última colocação, serão considerados habilitados todos os candidatos que obtiveram o mesmo grau correspondente a essa colocação.

T 4.1.9.2.1. Os candidatos não incluídos nos critérios estabelecidos no item 4.2.9.1. serão eliminados do Concurso e não terão qualquer classificação no certame.

T 4.1.9.3. Serão considerados aptos para a Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula) os candidatos que obtiverem, no mínimo, 70 (setenta) pontos, na Parte Discursiva da Prova Escrita.

T 4.1.10. A Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula), de caráter eliminatório e classificatório, será avaliada conforme os critérios estabelecidos no item 10 deste Edital.

T 4.1.10.1. A Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula) será realizada em sessão pública em local a ser divulgado.

T 5. DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

T 5.1. A Prova Escrita, contendo questões objetivas de múltipla escolha e questões discursivas, será realizada com data inicialmente prevista para o dia 11 de dezembro de 2016, em locais e horários a serem confirmados oportunamente no Edital de Convocação para a Prova, a ser publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. e pela internet no site do COLÉGIO PEDRO II (www.cp2.g12.br), observado o horário oficial de Brasília/DF.

T 5.1.1. Em decorrência do número de candidatos inscritos excederem à oferta de lugares adequados existentes nos campi do COLÉGIO PEDRO II reserva-se ao direito de alocá-los em outras localidades para aplicação da prova, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento desses candidatos.

T 5.1.2. Ao candidato só será permitida a participação na prova, na respectiva data, horário e local constante no Edital de Convocação a ser publicado no site do COLÉGIO PEDRO II (www.cp2.g12.br), não sendo possível, em hipótese alguma, a realização da prova em outra data, horário ou fora do local designado.

T 5.1.3. Será de responsabilidade do candidato o acompanhamento e consulta para verificar o seu local de prova.

T 5.2. O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova com antecedência mínima de 60 minutos, munido de:

T I) comprovante de inscrição e comprovante de pagamento;

T II) original de um dos documentos de identidade a seguir: cédula oficial de identidade; carteira e/ou cédula de identidade expedida pela Secretaria de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista; Passaporte; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por Lei Federal valem como documento de identidade (CRQ, OAB, CRC, CRA, CRF, etc.) e Carteira Nacional de Habilitação - CNH (com fotografia na forma da Lei nº 9.503/97); e,

T III) caneta esferográfica de tinta preta ou azul, de corpo transparente.

T 5.2.1. Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

T 5.2.2. O comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento não terão validade como documento de identidade.

T 5.2.3. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias.

T 5.2.4. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

T 5.2.5. Não serão aceitas cópias de documentos de identidade, ainda que autenticadas.

T 5.3. Não haverá segunda chamada de prova, seja qual for o motivo alegado, para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

T 5.4. No dia da realização da prova, na hipótese de o candidato não constar das listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Edital de Convocação, o COLÉGIO PEDRO II procederá à inclusão do referido candidato por meio de preenchimento de formulário específico, mediante a apresentação do documento de identidade original válido, do comprovante de inscrição e de pagamento da GRU.

T 5.5. A inclusão de que trata o item 5.4 será realizada de forma condicional e será confirmada, pelo COLÉGIO PEDRO II na fase de julgamento das provas, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inclusão.

T 5.5.1. Constatada a improcedência da inclusão de que trata o item 5.5., esta será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

T 5.6. No dia da realização das provas, não será permitido ao candidato entrar e/ou permanecer no local de exame com armas ou utilizar aparelhos eletrônicos (agenda eletrônica, bip, gravador, notebook, pager, palmtop, receptor, telefone celular, walkman, MP3 player, tablet, ipod, relógio de qualquer tipo) e outros equipamentos similares, bem como protetor auricular, sendo que o descumprimento desta instrução implicará na eliminação do candidato, caracterizando-se tentativa de fraude.

T 5.6.1. O candidato que estiver portando equipamento eletrônico, como os indicados no item 5.6., deverá desligá-lo, retirar a respectiva bateria e acondicioná-lo em embalagem cedida para guarda, permanecendo nesta condição até a saída do candidato do local de realização da prova, sendo que o COLÉGIO PEDRO II não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos neles causados.

T 5.6.2. Na ocorrência do funcionamento de qualquer tipo de equipamento eletrônico durante a realização da Prova Escrita, mesmo acondicionado em embalagem cedida para guarda de pertences e/ou bolsa do candidato, o candidato será automaticamente eliminado do Concurso Público.

T 5.6.2.1. A utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em qualquer parte do local de prova. Assim, ainda que o candidato tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer aparelhos eletrônicos, sendo recomendável que a embalagem não reutilizável fornecida para o recolhimento de tais aparelhos somente seja rompida após a saída do candidato do local de prova.

T 5.6.3. Para a segurança de todos os envolvidos no concurso, é vedado que os candidatos portem arma de fogo no dia de realização das provas, mesmo que amparado pela Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Caso, contudo, seja verificada esta situação, o candidato será encaminhado à Coordenação do local de prova, onde deverá entregar a arma para guarda devidamente identificada, mediante preenchimento de termo de acautelamento de arma de fogo, onde informará os dados relativos ao armamento.

T 5.6.4. Durante a realização da prova, o candidato que quiser ir ao sanitário deverá solicitar ao fiscal da sala sua saída e este designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo o candidato manter-se em silêncio durante todo o percurso.

T 5.6.4.1. Na situação descrita no subitem 5.6.4, se for detectado que o candidato está portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, este será eliminado automaticamente do Concurso Público.

T 5.7. Durante a realização da prova, não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

T 5.8. Não será permitida, durante a realização da prova, a utilização pelo candidato de óculos escuros (exceto para correção visual ou fotofobia) ou quaisquer acessórios de chaparia como boné, lenço, chapéu, gorro ou qualquer outro acessório que cubra as orelhas do candidato.

T 5.9. Para a realização da Parte Objetiva da Prova Escrita, o candidato lerá as questões no Caderno de Prova e fará a devida marcação na Folha de Respostas, com caneta esferográfica de tinta preta. A Folha de Respostas é o único documento válido para a correção da Parte Objetiva da Prova Escrita.

T 5.9.1. A Parte Discursiva da Prova Escrita será realizada no mesmo dia da Parte Objetiva.

T 5.9.1.1. A Parte Discursiva da Prova Escrita é parte constante do Caderno de Prova.

T 5.9.1.2. A Parte Discursiva da Prova Escrita deverá ser escrita à mão com caneta de tinta preta, em letra legível, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal do COLÉGIO PEDRO II, devidamente treinado, ao qual deverá ditar integralmente o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de acentuação e pontuação.

T 5.9.1.3. A Parte Discursiva da Prova Escrita não poderá ser assinada, rubricada ou conter, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de ser anulada. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do Texto Definitivo acarretará a anulação da Parte Discursiva, implicando a eliminação do candidato.

T 5.9.1.4. O Texto Definitivo será o único documento válido para a avaliação da Parte Discursiva da Prova Escrita. As folhas para rascunho são de preenchimento facultativo e não valem para a finalidade de avaliação.

T 5.10. A Prova Escrita contendo questões objetivas de múltipla escolha e questões discursivas terá a duração de 05 (cinco) horas.

T 5.10.1. Iniciadas as provas, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas 02 (duas) horas.

T 5.10.2. O fiscal de sala orientará os candidatos quando do início das provas que os únicos documentos que deverão permanecer sobre a carteira serão o documento de identidade original e o Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), de modo a facilitar a identificação dos candidatos para a distribuição de seus respectivos Cadernos de Prova.

T 5.11. Será automaticamente excluído do Concurso Público o candidato que

T I) apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais ou horários pré-determinados;

T II) não apresentar o documento de identidade exigido no subitem 5.2 inciso II deste Edital;

T III) não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;
T IV) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal ou antes do tempo mínimo de permanência estabelecido no subitem 5.10.1, seja qual for o motivo alegado;

T V) for surpreendido em comunicação com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação, sobre a prova que estiver sendo realizada, ou utilizando-se de livros, notas, impressos não permitidos, calculadora ou similar;

T VI) for surpreendido portando agenda eletrônica, bip, gravador, notebook, pager, palmtop, receptor, relógios digitais, relógios com banco de dados, telefone celular, walkman, MP3 Player, tablet, ipod e/ou equipamentos semelhantes, bem como protetores auriculares;

T VII) lançar mão de meios ilícitos para executar as provas;

T VIII) não devolver, ao término da prova, o Caderno de Prova, cedido para a realização da mesma;

T IX) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos ou agir com descortesia em relação a qualquer um dos examinadores, executores e seus auxiliares, ou autoridades presentes;

T X) ausentar-se da sala de provas, a qualquer tempo, portando o Caderno de Prova;

T XI) não cumprir as instruções contidas no Caderno de Prova para as questões objetivas e discursivas;

T XII) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público.

T 5.12. Constatado, após a Prova Escrita, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por qualquer outro meio, ter o candidato utilizado procedimentos ilícitos, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público, sem prejuízo das medidas penais cabíveis.

T 5.13. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em razão de afastamento do candidato da sala de prova.

T 5.14. A condição de saúde do candidato no dia da aplicação da prova será de sua exclusiva responsabilidade.

T 5.15. Ocorrendo alguma situação de emergência, o candidato será encaminhado para atendimento médico local ou ao médico de sua confiança. A equipe de coordenadores responsáveis pela aplicação da prova dará todo o apoio que for necessário.

T 5.15.1. Caso exista a necessidade do candidato se ausentar para atendimento médico ou hospitalar, este não poderá retornar ao local de sua prova, sendo eliminado do Concurso Público.

T 5.16. No dia da realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação.

T 5.17. Após a distribuição dos Cadernos de Prova e antes do início da mesma, sob hipótese, ainda que remota, de ocorrência de falhas na impressão, haverá substituição dos cadernos com manchas, borrões e/ou qualquer imperfeição que impeça a nítida visualização da prova.

T 5.17.1. Na hipótese, ainda que remota, de falta de Cadernos de Prova para substituição, será feita a leitura dos itens onde ocorreram as falhas, utilizando-se um caderno completo.

T 5.17.2. O candidato deverá verificar, ainda, se a disciplina para a qual se inscreveu encontra-se devidamente identificada na parte superior do Caderno de Prova.

T 5.18. A verificação de eventuais falhas no Caderno de Prova deverá ser realizada pelo candidato antes do início da prova, após determinação do fiscal, não sendo aceitas reclamações posteriores.

T 5.19. A Prova Escrita, por questões de segurança, será desidentificada na triagem do material no COLÉGIO PEDRO II, antes da entrega para correção às Bancas Examinadoras.

T 5.20. O gabarito preliminar da Parte Objetiva da Prova Escrita será divulgado no site do COLÉGIO PEDRO II (www.cp2.g12.br), na data prevista de 12 de dezembro de 2016.

T 5.21. O candidato que desejar interpor recursos contra o gabarito preliminar da Parte Objetiva da Prova Escrita poderá fazê-lo no dia 13 de dezembro de 2016, das 9 às 16 horas, em requerimento próprio, disponibilizado no Protocolo Geral do Colégio Pedro II, Campo de São Cristóvão, 177, Térreo.

T 5.21.1. O recurso deverá ser individual, por questão, com indicação daquilo em que o candidato se julgue prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citação de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e, ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme suprarreferenciado.

T 5.21.2. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

T 5.21.3. Os recursos julgados serão divulgados no site do Colégio Pedro II www.cp2.g12.br, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone ou fax, não sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente o teor dessas decisões.

T 5.21.4. O gabarito oficial da prova objetiva será divulgado no site do Colégio Pedro II, www.cp2.g12.br, no dia 15 de dezembro de 2016, a partir das 15 horas, contra o qual não caberão mais recursos.

T 5.22. O resultado preliminar da prova objetiva será divulgado no dia 21 de dezembro de 2016, a partir das 15 horas, no site www.cp2.g12.br.

T 5.22.1. O candidato que desejar interpor recursos contra o resultado preliminar da parte objetiva da prova poderá fazê-lo no dia 22 de dezembro de 2016, das 9 às 16 horas, em requerimento próprio, disponibilizado no Protocolo Geral do Colégio Pedro II, Campo de São Cristóvão, 177, Térreo.

T 5.23. Os recursos julgados serão divulgados no site do Colégio Pedro II www.cp2.g12.br, no dia 05 de janeiro de 2017, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone ou fax, não sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente o teor dessas decisões.

T 5.24. Não será aceito recurso por meios diversos ao que determina este Edital.

T 5.25. Serão rejeitados, também, liminarmente os recursos enviados fora do prazo ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato, como seu nome e número de inscrição. E, ainda, serão rejeitados aqueles recursos enviados pelo correio, fac-símile, ou qualquer outro meio que não o previsto neste Edital.

T 5.26. A decisão da Banca será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior da Banca.

T 5.27. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recursos de gabarito oficial definitivo, exceto no caso previsto no subitem anterior.

T 5.28. O recurso cujo teor desrespeite a Banca será preliminarmente indeferido.

T 5.29. Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante da prova ou alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

T 5.30. O resultado definitivo da Parte Objetiva da Prova Escrita será divulgado no dia 11 de janeiro de 2016, a partir das 15 horas, no site do Colégio Pedro II, www.cp2.g12.br, contra o qual não caberão mais recursos.

T 5.31. O candidato não habilitado na Parte Objetiva da Prova Escrita será eliminado do Concurso Público.

T 6. DA AVALIAÇÃO DA PARTE DISCURSIVA DA PROVA ESCRITA

T 6.1. A Parte Discursiva da Prova Escrita, de caráter eliminatório e classificatório, tem o objetivo de avaliar o uso adequado da norma padrão da Língua Portuguesa, a coesão, a coerência e o domínio técnico da disciplina à qual concorre.

T 6.2. A Parte Discursiva da Prova Escrita será avaliada na escala de 0 (zero) a 100(cem) pontos.

T 6.3. Serão considerados aptos para a Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula) os candidatos que obtiverem grau igual ou superior a 70 (setenta) pontos na Parte Discursiva da Prova Escrita.

T 6.3.1. No caso de empate entre candidatos na última colocação, serão considerados habilitados todos os candidatos que obtiverem o mesmo grau correspondente a essa colocação.

T 6.4. Os candidatos não incluídos no critério estabelecido no subitem 6.3. serão automaticamente eliminados do Concurso Público e não terão classificação alguma no certame.

T 6.5. Será atribuída nota 0 (zero) à parte Discursiva da Prova Escrita nos casos em que o candidato tenha

T I) fugido à proposta apresentada;

T II) apresentado textos sob forma não articulada verbalmente, apenas com desenhos (exceto para os candidatos de Artes Visuais), números e palavras soltas ou em forma de verso;

T III) assinado fora do local apropriado;

T IV) registrado, em sua prova, qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;

T V) redigido a lápis, em parte ou na totalidade das respostas;

T VI) deixado a prova em branco; e

T VII) apresentado letra ilegível.

T 6.6. As folhas para rascunho no Caderno de Prova são de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Parte Discursiva da Prova Escrita pela Banca Examinadora.

T 6.7. O resultado da Parte Discursiva da Prova Escrita será divulgado na data provável de 11 de janeiro de 2017, no site do Colégio Pedro II (www.cp2.g12.br)

T 6.8. O candidato poderá solicitar vista de prova da Prova Discursiva da Prova Escrita, no Protocolo Geral do Colégio Pedro II, Campo de São Cristóvão, 177, Térreo, São Cristóvão, no dia 12 de janeiro de 2017, das 9 às 16 horas, mediante o comprovante de recolhimento da taxa de serviço de R\$20,00 (vinte reais) feito por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), indicando depósito para pagamento de taxa de serviço, a ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, em espécie ou por meio de transferência bancária, não sendo aceito pagamento em cheque.

T 6.9. A GRU deve ser extraída de https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, informando código UG (153167) e gestão (15201) da Unidade favorecida (Colégio Pedro II) e código de recolhimento (28830-6), além do nome e CPF do candidato.

T 6.10. A vista da Parte Discursiva da Prova Escrita será realizada no período de 16 a 17 de janeiro de 2017, em horários e locais a serem divulgados no dia 15 de janeiro de 2017, a partir das 15 horas no site do Colégio Pedro II (www.cp2.g12.br).

T 6.11. Apenas o candidato, munido do original do documento oficial de identificação com foto e do Cartão de Confirmação de Inscrição, terá acesso à cópia de sua Parte Discursiva da Prova Escrita, a qual não poderá ser retirada do local determinado para a vista, nem fotografada, nem filmada.

T 6.12. Não será concedida cópia da Parte Discursiva da Prova Escrita.

T 6.13. O candidato poderá solicitar revisão da Parte Discursiva da Prova Escrita, no Protocolo Geral do Colégio Pedro II, Campo de São Cristóvão, 177, Térreo, São Cristóvão, no dia 18 de janeiro de 2017, das 9 às 16 horas, mediante o comprovante de recolhimento da taxa de serviço de R\$30,00 (trinta reais) feito por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), indicando depósito para pagamento de taxa de serviço, a ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil, em espécie ou por meio de transferência bancária, não sendo aceito pagamento em cheque.

T 6.14. A GRU deve ser extraída de https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, informando código UG (153167) e gestão (15201) da Unidade favorecida (Colégio Pedro II) e código de recolhimento (28830-6), além do nome e CPF do candidato.

T 6.15. O candidato que solicitar a revisão deverá apresentar ao Protocolo Geral do Colégio Pedro II requerimento solicitando revisão da Parte Discursiva da Prova Escrita, redigida de próprio punho, dirigida à Banca Examinadora, indicando os itens de cuja avaliação discorda, fundamentado em argumentação consistente, admitindo-se o recurso entregue por terceiros, desde que munido de documento oficial de identificação e procuração simples do candidato.

T 6.16. Analisando o requerimento, a Banca Examinadora procederá à revisão da Parte Discursiva da Prova Escrita e emitirá parecer conclusivo, irrecorrível, exclusivamente sobre os tópicos relacionados na petição, bem como divulgará nova nota, se for o caso.

T 6.17. O resultado da revisão de prova será divulgado no site do Colégio Pedro II (www.cp2.g12.br) no dia 26 de janeiro de 2017, após as 15 horas, contra o qual não caberão mais recursos.

T 7. DA PROVA DE DESEMPENHO DIDÁTICO (PROVA DE AULA)

T 7.1. A relação dos temas para a prova de aula, bem como o calendário e os locais para realização da Prova de Aula será divulgada no dia 27 de janeiro de 2017, a partir das 15 horas, no site do Colégio Pedro II (www.cp2.g12.br).

T 7.1.1. A Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula) terá caráter eliminatório e classificatório e será realizada pelo Colégio Pedro II, na data provável entre 30 de janeiro de 2017 a 04 de fevereiro de 2017, incluindo ambas as datas e o sábado, observado o horário oficial de Brasília/DF.

T 7.1.2. O candidato realizará a Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula) no município do Rio de Janeiro.

T 7.2. Será de responsabilidade do candidato o acompanhamento e consulta para verificar o seu local da Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula).

T 7.2.1. Ao candidato só será permitida a participação na Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula), na respectiva data, horário e local a serem divulgados de acordo com as informações constantes no subitem 7.1.

T 7.3. O candidato deverá comparecer ao local com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário marcado, munido de documento oficial de identidade, com foto, no seu original.

T 7.4. Para a realização da Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula) serão convocados os candidatos habilitados na Prova Escrita, classificados, incluindo-se os candidatos empatados na última posição.

T 7.5. A Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula), de caráter eliminatório e classificatório, versará sobre conteúdo programático da área /disciplina a que concorre o candidato.

T 7.5.1. O tema, o ano e o nível de ensino a que se destina, correspondente à Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula) de cada candidato, serão objeto de sorteio com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas de sua realização.

T 7.5.2. A distribuição dos candidatos pelos dias e turnos em que acontecerá a Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula) obedecerá à ordem crescente do número de inscrição dos candidatos habilitados, na razão de até 04 (quatro) candidatos por turno de trabalho.

T 7.5.2.1. A ordem em que os candidatos ministrarão suas aulas será estabelecida por sorteio realizado antes do início da prova do primeiro candidato, em cada um dos dias e turnos do calendário para isso estabelecido.

T 7.5.2.2. A ausência ou o atraso do candidato ao sorteio do ponto impede sua continuidade no certame.

T 7.5.3. A Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula) terá como objetivo apurar a/o

T I) capacidade de planejamento de aula;

T II) capacidade de síntese;

T III) clareza e ordenação da aula;

T IV) adequação da linguagem;

T V) conhecimento do conteúdo programático e a adequação ao ano sorteado;

T VI) utilização adequada dos recursos didáticos;

T VII) outros critérios, observada a especificidade da área de atuação/conhecimento.

T 7.5.4. A Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula) será gravada e terá duração mínima de 35 (trinta e cinco) minutos e máxima de 45 (quarenta e cinco) minutos.

T 7.5.5. O candidato entregará à Banca Examinadora, antes do início da Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula), o Plano de Aula, digitado em 03 (três) vias.



T 7.5.6. A Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula) será pública, ministrada perante a Banca Examinadora, podendo, a critério da Banca Examinadora, contar ou não com a participação de alunos do Colégio Pedro II.

T 7.5.6.1. É vedado o ingresso da assistência ao recinto de realização da Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula) após o seu início.

T 7.5.6.2. Não será permitida a presença de candidato concorrente às Provas de Desempenho Didático (Provas de Aula), sob pena de sua desclassificação.

T 7.5.7. Ao final da Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula), a Banca Examinadora, a seu critério, poderá arguir o candidato por até 15 (quinze) minutos.

T 7.5.7.1. Não será permitida, a qualquer dos demais presentes à Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula), a interferência nas aulas públicas, bem como o uso de câmeras, celulares, filmadoras ou similares que possam reproduzir ou transmitir seu conteúdo.

T 7.6. O Sorteio do Tema que será desenvolvido na Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula) será realizado em data, local e horário a serem comunicados oportunamente, por meio de Edital de convocação publicado no site do COLÉGIO PEDRO II (www.cp2.g12.br), observado o horário oficial de Brasília/DF.

T 7.6.1. Para que tenha ciência do tema sorteado, o candidato deverá comparecer ao sorteio, não se esquecendo de portar seu documento de identidade oficial original com foto.

T 7.6.1.2. O candidato, no sorteio do tema, poderá ser representado por procurador devidamente constituído.

T 7.7. Poderão ser utilizados quaisquer recursos didáticos compatíveis, sendo disponibilizada apenas a lousa. Os demais equipamentos como: retroprojetor, TV e vídeo, projetor multimídia, computador etc., deverão ser providenciados pelo candidato, por seus próprios meios.

T 7.8. Todos os candidatos deverão estar presentes e assinar a lista de presença na hora marcada para o início da Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula), sendo considerado desistente o que estiver ausente.

T 7.9. A Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula) será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

T 7.9.1. Será considerado habilitado na Prova de Desempenho Didático/Prova de Aula o candidato que obtiver grau igual ou superior a 70 (setenta) pontos.

T 7.9.1.1. No caso de empate entre candidatos na última colocação, serão considerados habilitados todos os candidatos que obtiverem o mesmo grau correspondente a essa colocação.

T 8. DA ANÁLISE DE TÍTULOS

T 8.1. Os candidatos habilitados para a Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula) deverão entregar à Coordenação do Concurso (Campo de São Cristóvão, 177 - 3º andar - Pró-reitoria de Ensino) no dia da Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula), no horário das 9 às 17 horas, em envelope lacrado, seu Curriculum Vitae, preferencialmente retirado da Plataforma Lattes, com cópia, autenticada em cartório, dos respectivos títulos acadêmicos e demais documentos comprobatórios, numerados e sequenciados da mesma forma que figurarem no currículo anexado. Caso a prova seja no sábado, os títulos poderão ser entregues na segunda-feira próxima.

T 8.1.1. Os candidatos habilitados para a Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula) que não entregarem seu Curriculum Vitae comprovado e documentos para a Análise de Títulos serão considerados eliminados do certame.

T 8.2. Os títulos deverão ser anexados a uma relação descritiva dos mesmos, rigorosamente segundo a ordem prevista no Anexo II deste Edital.

T 8.3. Só serão avaliados os títulos dos candidatos que obtiverem grau igual ou superior a 70 (setenta) pontos na Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula), respeitados os empates, estando eliminados do Concurso aqueles que obtiverem grau inferior.

T 8.4. Não serão aceitos documentos ilegíveis, bem como títulos emitidos via postal, via fax, páginas eletrônicas que não possuam certificação digital ou outras formas que não aquelas exigidas neste Edital.

T 8.5. Não serão considerados os títulos apresentados fora do prazo acima estabelecido.

T 8.6. Na impossibilidade de comparecimento do candidato, serão aceitos títulos entregues por procurador legalmente constituído, mediante apresentação de cópia e original de documento de identidade oficial com foto do procurador e de procuração simples do interessado, com firma reconhecida por autenticidade, acompanhada de cópia legível do documento de identidade do candidato.

T 8.6.1. As cópias e a procuração original serão arquivadas junto à documentação que vier a ser entregue pelo procurador.

T 8.6.2. Serão de inteira responsabilidade do candidato as informações prestadas por seu procurador no ato de entrega dos títulos, bem como a entrega da documentação na data prevista neste Edital, arcando o candidato com as consequências de eventuais erros de seu representante.

T 8.7. Os documentos entregues para a Análise de Títulos não poderão ser devolvidos por constituírem documentação comprobatória do processo de avaliação.

T 8.8. A atribuição de pontos aos títulos será feita conforme a tabela constante do Anexo II deste Edital.

T 8.9. O requisito acadêmico mínimo exigido para nomeação e indicado na Tabela I deverá ser apresentado obrigatoriamente na documentação para Análise de Títulos, mas não representará ponto para o certame.

T 8.10. A contagem dos títulos acadêmicos descritos nos itens I (a), I (b), I (c) e I (d) do Anexo II não será cumulativa, considerando-se, apenas, o de maior pontuação.

T 8.10.1. Cada título apresentado será considerado uma única vez.

T 8.10.2. Não será considerado, para efeito de pontuação, mais de um título do mesmo nível acadêmico.

T 8.10.3. Somente serão aceitos os títulos correspondentes a Cursos expedidos por Instituições de Ensino Superior reconhecidas pelo Ministério da Educação - MEC.

T 8.10.4. Os títulos de Mestrado e Doutorado serão aceitos desde que os cursos sejam credenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e acompanhados das respectivas avaliações.

T 8.10.5. Os títulos concedidos por qualquer Instituição estrangeira só serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa, por tradutor público juramentado, e revalidados para o Território Nacional por Instituição de Ensino Superior brasileira credenciada para esse fim, conforme dispõe o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

T 8.11. Para a comprovação indicada nos itens II (e) e II (f) do Anexo II deverá ser apresentada declaração da Instituição onde o candidato exerceu a função ou docência, na qual deverá constar a(s) disciplina(s) ministrada(s) ou a(s) função(ões) exercida(s) e o período de efetivo exercício, descontadas as interrupções.

T 8.11.1. Só será computado o período de docência exercido a partir da data de colação de grau no curso que habilite para a função.

T 8.11.2. Não serão aceitas as anotações em Carteira de Trabalho como comprovação para esses quesitos.

T 8.11.3. Na contagem do tempo correspondente, fração superior a 07 (sete) meses será considerada como fazendo jus à pontuação equivalente a 01 (um) ano.

T 8.11.4. Não será computado como experiência profissional o tempo de estágio curricular, de monitoria, de bolsa de estudos, de iniciação científica ou de prestação de serviço como voluntário.

T 8.12. Para a comprovação dos itens II (g), II (h) e II (i) do Anexo II, não serão aceitas cópias retiradas da internet.

T 8.12.1. A apresentação de trabalhos cuja autoria não possa ser comprovada e a exibição de atestados e certificados de comparecimento a congressos, simpósios, encontros ou eventos similares não constituem títulos.

T 8.12.2. Só serão considerados os trabalhos apresentados em eventos realizados em data posterior à da colação do grau no Curso indicado como requisito acadêmico mínimo exigido para nomeação e indicado na Tabela I.

T 8.12.3. As atividades de pesquisa desenvolvidas em projetos de Iniciação Científica ou de pesquisa e docência, inerentes à obtenção dos graus de Mestre ou Doutor, não serão consideradas para fins de pontuação.

T 8.13. Para a comprovação de aprovação em Concurso Público ou em processo seletivo, relacionadas no item II (j) do Anexo II, deverá ser feita exclusivamente por meio de apresentação de declaração expedida por setor de pessoal do órgão ou certificado do órgão executor do certame ou cópia da publicação do resultado final em Diário Oficial, não servindo, para este fim, cópias retiradas da internet ou cópia de contracheques sem certificação digital.

T 8.14. A comprovação de aprovação em Concurso Público ou em processo seletivo, relacionadas no item II (k) do Anexo II, deverá ser feita exclusivamente por meio de apresentação de declaração ou certificado expedido pelo órgão executor do certame.

T 8.15. O resultado preliminar da Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula) e da Análise de Títulos dos candidatos nela aprovados será divulgado no dia 16 de novembro de 2016, no site do Colégio Pedro II (www.cp2.g12.br).

T 8.16. Não serão aceitos recursos ao resultado da Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula).

T 8.17. O candidato poderá solicitar recontagem de pontos da Análise de Títulos, no Protocolo Geral do Colégio Pedro II, Campo de São Cristóvão, 177, Térreo, São Cristóvão, no dia 13 de fevereiro de 2017, das 9 às 16 horas, dirigido à Banca Examinadora da sua disciplina, devidamente fundamentado, com referência direta aos itens da tabela constante do Anexo II.

T 8.18. O resultado da recontagem da Análise de Títulos e o Resultado final do Concurso Público serão divulgados no dia 16 de fevereiro de 2017, no site do Colégio Pedro II (www.cp2.g12.br) e na portaria do Prédio da Reitoria (Campo de São Cristóvão, 177), contra os quais não caberão mais recursos.

T 9. DA CLASSIFICAÇÃO

T 9.1. Os candidatos habilitados serão classificados em ordem decrescente da soma dos graus obtidos na Parte Objetiva da Prova Escrita, na Parte Discursiva da Prova Escrita, na Prova de Desempenho Didático (Prova de Aula) e na Análise de Títulos do presente Concurso Público, considerados os respectivos pesos, de acordo com a determinação constante do item 4.1 deste Edital, ficando em lista de espera o número de candidatos previstos em lei.

T 9.2. No caso de igualdade na Classificação Final, dar-se-á preferência sucessivamente ao candidato que

T I) tiver idade superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia das inscrições, atendendo ao que dispõe o Estatuto do Idoso - Lei Federal nº 10.741/2003;

T II) obtiver maior número de pontos na prova de Desempenho Didático (Prova de Aula);

T III) obtiver maior número de pontos na Parte Discursiva da Prova Escrita;

T IV) obtiver maior número de pontos na Análise de Títulos no item II(e) do Anexo II (Experiência comprovada no magistério);

T V) obtiver maior número de pontos na Análise de Títulos no item II do Anexo II (Experiência Profissional); e

T VI) tiver maior idade, para os candidatos não alcançados pelo Estatuto do Idoso.

T 9.3. Os candidatos serão classificados por ordem decrescente do grau final, em lista de classificação por cargo.

T 9.3.1. A publicação do Resultado Final será por ordem de classificação no concurso.

T 9.4. A lista de Classificação Final/Homologação, após avaliação dos eventuais recursos interpostos, será publicada no Diário Oficial da União - D.O.U.

T 9.5. Os resultados de todas as provas serão divulgados na portaria do Prédio da Reitoria (Campo de São Cristóvão, 177) e no site do Colégio Pedro II (www.cp2.g12.br).

T 9.6. A aprovação, no presente Concurso Público, não gera ao candidato aprovado o direito à nomeação daqueles que se classificarem além do número de vagas estipuladas na Tabela I, ficando reservado ao Colégio Pedro II o direito de aproveitamento destes conforme critérios de necessidade e conveniência da Administração Pública.

T 9.7. Da mesma forma, a aprovação acima aludida não gera ao candidato o direito de escolha de seu local de trabalho, sendo este do interesse da Administração.

T 9.8. Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados, ainda que tenham cumprido com êxito todas as Provas previstas para este certame e entregue a documentação para Análise de Títulos, estarão automaticamente desclassificados deste Concurso Público e não terão nele qualquer classificação.

T 9.9. A classificação no Concurso Público não assegura ao candidato o direito ao ingresso no cargo, mas apenas a expectativa de ser admitido como Professor, estando o provimento condicionado à existência de vagas na data da nomeação e à dotação orçamentária e financeira, obedecendo a convocação à ordem rigorosa de classificação, até o término da validade deste concurso.

T 10. DO PRAZO DE VALIDADE

T 10.1. O Concurso Público objeto deste Edital será válido por um ano, a contar da data da homologação do resultado final publicado em Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Instituição.

T 11. DAS BANCAS EXAMINADORAS

T 11.1. Para cada uma das áreas de atuação/conhecimento constantes deste Edital, será constituída uma Banca Examinadora, composta por três professores, mais um suplente, designados por portaria da Reitoria da Instituição, com titulação igual ou superior à exigida pelo cargo a ser provido, e que será responsável por todas as etapas deste Concurso.

T 12. DOS RECURSOS

T 12.1. Será admitido recurso quanto ao Gabarito da Parte Objetiva da Prova Escrita, do Resultado Preliminar da parte Objetiva da Prova Escrita, do Resultado preliminar da parte Discursiva da Prova Escrita, do Resultado preliminar da Análise de Títulos e da Classificação Final.

T 12.2. Os recursos deverão ser interpostos no Protocolo Geral do Colégio Pedro II, Prédio da Reitoria, Campo de São Cristóvão, 177, São Cristóvão, Térreo, nas datas previstas neste Edital.

T 12.2.1. O recurso deverá ser individual, devidamente fundamentado.

T 12.2.2. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no item 12.1 do presente Edital.

T 12.3. A interposição dos recursos não obsta o regular andamento do cronograma do Concurso.

T 12.4. Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá ser eventualmente alterada a classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior ou, ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para aprovação.

T 12.4.1. Depois de julgados todos os recursos apresentados, será publicado o Resultado Final do Concurso Público, com as alterações ocorridas, não cabendo recursos adicionais.

T 12.5. Não serão apreciados os Recursos que forem apresentados

T I) em desacordo com as especificações contidas neste capítulo;

T II) fora do prazo estabelecido;

T III) sem fundamentação lógica e consistente; e

T IV) com argumentação idêntica a outros recursos.

T 12.6. Em hipótese alguma será aceita revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Definitivo.

T 12.7. A Banca Examinadora constitui a última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

T 13. DA HOMOLOGAÇÃO

T 13.1. O Resultado Final deste Concurso Público será homologado pelo Reitor do Colégio Pedro II, respeitado o disposto no art. 42 do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, mediante publicação no Diário Oficial da União, não se admitindo recurso deste resultado.

T 14. DOS EXAMES MÉDICOS

T 14.1. Os exames deverão ser apresentados à Perícia Oficial de Saúde do Colégio Pedro II.

T 14.1.1. Os exames devem ser originais, não sendo aceitos cópias ou resultados extraídos da internet e assinados eletronicamente.

T 14.1.2. Serão aceitos exames com validade de 90 (noventa) dias, para exames laboratoriais, ECG, audiometria e laringoscopia, e de 180 (cento e oitenta) dias para exames radiológicos e avaliações.

T 14.2. Os exames, comprovantes e avaliações médicas, necessários para a posse do servidor efetivo, são

T I) Exame de sangue: Hemograma Completo; Bioquímica do Sangue - Ureia, Creatina, Glicemia, VDRL, Grupo Sanguíneo, Fator RH, Colesterol Total, HDL, Triglicerídeos, Ácido Úrico, TGO, TGP;

T II) urina (EAS);

T III) fezes (EPF);

T IV) avaliação de Sanidade Mental, com médico psiquiátrico;

T V) avaliação Otorrinolaringológica;

T VI) avaliação Oftalmológica;

T VII) RX de Tórax (PA e Perfil); e

T VIII) comprovante de vacinação contra hepatite e tétano.

T 14.3. Além dos exames discriminados em 15.2, os candidatos

T I) com mais de 40 (quarenta) anos deverão apresentar o resultado/avaliação de Teste Ergométrico (ECG);

T II) do sexo masculino, com mais de 40 (quarenta) anos, deverão apresentar PSA (antígeno específico de próstata) com validade do último ano;

T III) do sexo feminino, com mais de 40 (quarenta) anos, deverão apresentar Colpocitologia Oncótica com validade do último ano.

T 15. DA NOMEAÇÃO

T 15.1. As nomeações ocorrerão de acordo com a necessidade do Colégio Pedro II respeitando-se, rigorosamente, a ordem de classificação final dos candidatos habilitados no Concurso Público.

T 15.2. Os candidatos, por ocasião da nomeação no cargo, deverão comprovar os requisitos abaixo relacionados, mediante entrega de cópia autenticada ou original acompanhado de 02 (duas) cópias simples, dos seguintes documentos:

T I) Certidão de Nascimento ou Casamento;

T II) Foto 3x4 recente, com fundo branco;

T III) Carteira de Identidade (RG), comprovando ter, no mínimo, 18 anos de idade completos (na data da posse);

T IV) Título de Eleitor acompanhado dos dois últimos comprovantes de votação, ou de Certidão de regularidade com a Justiça Eleitoral;

T V) Certificado de Reservista de 1ª ou 2ª categoria ou Certificado de Dispensa de Incorporação ou de Isenção do Serviço Militar, se do sexo masculino;

T VI) Cadastro de Pessoa Física regularizado (CPF);

T VII) PIS/PASEP;

T VIII) Certidão de nascimento e CPF dos filhos;

T IX) Comprovante de escolaridade requerida pelo cargo;

T X) Declaração Negativa de Acumulação de Emprego Público;

T XI) Comprovante de Residência;

T XII) Declaração de Imposto de Renda completa, juntamente com o recibo de entrega; e

T XIII) Carteira Profissional de registro no órgão de classe, para os cargos que a exigem.

T 15.3. Os candidatos, por ocasião da nomeação no cargo, deverão apresentar os exames solicitados no item 16 à Perícia Oficial de Saúde do Colégio Pedro II em dia e horário a ser estabelecido.

T 15.4. Não será empossado o candidato que

T I) não fizer prova hábil das exigências, requisitos e pré-requisitos estabelecidos neste Edital;

T II) não comparecer, dentro do prazo determinado em Lei, para a entrega dos documentos;

T III) não comparecer, dentro do prazo determinado em Lei, para a avaliação médica admissional; e

T IV) for considerado inapto para o cargo na avaliação da Perícia Oficial de Saúde do Colégio Pedro II.

T 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

T 16.1. A aprovação no Concurso Público não gera direito à nomeação daqueles candidatos que se classificarem além do número de vagas estipuladas na Tabela I, reservando-se ao Colégio Pedro II o direito de nomeá-los na medida de suas necessidades e com estrita observância da ordem de classificação.

T 16.2. As convocações para prestação das provas, os resultados, a homologação e as convocações serão divulgadas no site do Colégio Pedro II (www.cp2.g12.br). O Resultado Final do Concurso Público será publicado também no Diário Oficial da União - D.O.U.

T 16.3. A inscrição do candidato implicará aceitação das normas para o Concurso Público contidas nos comunicados, neste Edital e em outros instrumentos que venham a ser publicados.

T 16.3.1. Não serão fornecidas por telefone ou por e-mail quaisquer informações a respeito de datas, locais, horários de realizações das provas, nem seu conteúdo ou suas notas.

T 16.4. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar todos os atos, Editais e comunicados referentes a este Concurso Público que sejam publicados no Diário Oficial da União - D.O.U. e/ou divulgados na internet, no site do Colégio Pedro II (www.cp2.g12.br).

T 16.5. O Colégio Pedro II se exime das despesas com viagens e estadia dos candidatos em qualquer das fases do Concurso Público.

T 16.6. Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Concurso Público, valendo, para esse fim, a homologação publicada no Diário Oficial da União - D.O.U.

T 16.7. A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial na ocasião da nomeação, acarretarão a nulidade da inscrição e desclassificação do candidato, com todas as suas decorrências, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

T 16.8. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. e na internet, no site do Colégio Pedro II (www.cp2.g12.br).

T 16.9. É de responsabilidade do candidato, manter atualizado seu endereço e telefone perante o Colégio Pedro II, até que se expire o prazo de validade do Concurso Público, para viabilizar os contatos necessários, sob pena de, caso seja chamado, perder o prazo para contratação por não ter sido localizado.

T 16.10. O Colégio Pedro II não se responsabiliza por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de

T I) endereço não atualizado;

T II) correspondência devolvida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato; e

T III) correspondência recebida por terceiros.

T 16.11. O Colégio Pedro II não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público.

T 16.12. Considerar-se-á, para efeito de aplicação e correção das provas, a legislação vigente até a data de publicação deste Edital.

T 16.13. O provimento do cargo ficará a critério do Colégio Pedro II, obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação e será realizado dentro do prazo de validade deste Concurso Público, inclusive, para aqueles candidatos que forem aprovados e classificados dentro do número de vagas estabelecido na Tabela I.

T 16.13.1. Os candidatos aprovados, conforme disponibilidade de vagas, serão nomeados mediante publicação de Portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

T 16.13.2. Poderá haver formalização da desistência do candidato à nomeação, desde que efetuada mediante requerimento endereçado à Pró - reitoria de Gestão de Pessoas do Colégio Pedro II, até o dia útil anterior à data da posse.

T 16.13.3. Não haverá, em hipótese alguma, opção por parte do candidato aprovado de transferência para o final da relação de classificados publicada no Diário Oficial da União - D.O.U.

T 16.14. Os candidatos habilitados e não nomeados, a critério da Administração do Colégio Pedro II, poderão ser aproveitados e nomeados por outros Órgãos do Poder Executivo Federal, obedecida a respectiva classificação e conveniência administrativa, respeitada a identidade do cargo e expresso interesse do candidato.

T 16.15. Não serão fornecidos documentos e informações pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei nº 12.527/2011.

T 16.16. Os casos omissos serão resolvidos pelo Reitor, ouvida a Pró-reitoria de Ensino.

T 16.17. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

ELIANA MYRA DE MORAES SOARES

ANEXO I - CPII

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ANEXO II - CPII

ANÁLISE DE TÍTULOS

Especificação dos Títulos	Pontos por Item
Titulação legal mínima exigida para posse neste Concurso (cf. item 1.1) () sim () não	
Titulação Acadêmica	
• obtida em Instituição de Ensino reconhecida - (até o máximo de 25 pontos, sendo considerado somente o título mais alto)	
Graduação	7
• Curso de Graduação completo, além do que habilita à área de atuação/ conhecimento. Não serão considerados Bacharelado e Licenciatura na mesma área.	
b) Aperfeiçoamento (180h)	
• na área de atuação/ conhecimento a que concorre ou em Educação	13
• em área afim	8
c) Especialização (360h)	
• na área de atuação/ conhecimento a que concorre ou em Educação	19
• em área afim	14
d) Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> (Mestrado/Doutorado)	
• na área de atuação/ conhecimento a que concorre ou em Educação	
✓ Doutorado	25
✓ Mestrado	22
• em área afim	20

Experiência Profissional	
e) Experiência comprovada no magistério (até o máximo de 40 pontos):	
• em docência de Educação Básica	
✓ na área de atuação/ conhecimento a que concorre ou em Educação	4 pontos por ano
✓ em área afim	2 pontos por ano
• em docência de Ensino Superior	
✓ na área de atuação/ conhecimento a que concorre ou em Educação	2 pontos por ano
✓ em área afim	1 ponto por ano

f) Experiência comprovada em cargos administrativos (até o máximo de 5 pontos)	
• em funções administrativo-pedagógicas em instituições de ensino (anexar breve descrição da função/atividade, acompanhada de ato institucional de designação)	1 ponto por ano
• em atividades profissionais específicas à área (anexar breve descrição da função/atividade)	0,5 ponto por ano

g) Produção acadêmica e cultural (até o máximo de 12 pontos)	
• Livros publicados ou traduzidos (didáticos ou teóricos, na área de atuação/ conhecimento a que concorre, em área afim ou em Educação), cadastrados no ISBN	2 pontos por livro
• Artigos completos, publicados em periódicos nacionais ou estrangeiros	1 ponto por artigo
• Produções e trabalhos apresentados em congressos, simpósios, exposições e eventos culturais	0,5 ponto por trabalho

h) Coordenação de projetos financiados por agências de fomento (até o máximo de 3 pontos)	
• Projetos	0,5 ponto por projeto

i) Orientação de trabalhos acadêmicos (até o máximo de 3 pontos)	
• Iniciação científica de alunos de Educação Básica, financiados por agências de fomento ou por programas institucionais comprovados, na área	0,5 ponto por trabalho
• Orientação de monografias em cursos de pós-graduação <i>la-tu sensu</i>	0,5 ponto por trabalho
• Orientação de dissertação de Mestrado concluída	0,5 ponto por trabalho
• Orientação de tese de Doutorado concluída	0,5 ponto por trabalho



j) Aprovação, por seleção, para o magistério, promovida por Instituição Pública (Federal, Estadual ou Municipal) - (até o máximo de 6 pontos)	
• Concurso Público de Provas e Títulos	2 pontos por aprovação
• Processo Seletivo	1 ponto por aprovação

k) Participação em Bancas Examinadoras (até o máximo de 6 pontos)	
• de Concursos Públicos de Provas e Títulos para o Magistério de Instituições Públicas (Federal, Estadual ou Municipal)	2 pontos por concurso
• de Processo Seletivo para o Magistério	1 ponto por processo
• de seleção de alunos	1 ponto por evento

ANEXO III - CPII

CRONOGRAMA
ATENÇÃO! TODAS AS DATAS DO PRESENTE CRONOGRAMA, SÃO PROVÁVEIS, SENDO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO ACOMPANHAR OS EVENTOS, NOS MEIOS INFORMADOS NO PRESENTE EDITAL

EVENTO	DATA
Inscrições (exclusivamente pela Internet)	De 3 a 17/10/2016
Período de solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição	4 e 5/10/2016
Divulgação da listagem de candidatos beneficiados com isenção	10/10/2016
Último dia para pagamento da taxa de inscrição	18/10/2016

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 66/2016 - UASG 153167

Nº Processo: 23040006872201414 - Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada em serviços técnicos de topografia e arquitetura, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo II - Especificações Técnicas. Total de Itens Licitados: 00008. Edital: 02/09/2016 de 10h00 às 12h00 e de 13h às 17h00. Endereço: Campo de São Cristovão, 177 São Cristóvão - RIO DE JANEIRO - RJ ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/153167-05-66-2016. Entrega das Propostas: a partir de 02/09/2016 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 15/09/2016 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

OSCAR HALAC
Reitor

(SIDECA - 01/09/2016) 153167-15201-2016NE000001

CAMPUS NITERÓI

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2016 - UASG 155625

Nº Processo: 23787000004201669. PREGÃO SRP Nº 1/2016. Contratante: COLEGIO PEDRO II - CNPJ Contratado: 15667913000133. Contratado: MULTIAMERICAN SERVICOS LTDA - EPP Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de transporte, incluindo veículos e motoristas, para execução de deslocamentos destinados a atender às necessidades do Colégio Pedro II - Campus Niterói, no suporte às atividades pedagógicas, culturais e administrativas. Fundamento Legal: Lei nº 8666/93, Lei nº 10520/02 e Decreto nº 7892/13. Vigência: 29/08/2016 a 29/08/2017. Valor Total: R\$97.661,00. Fonte: 112000000 - 2016NE800011. Data de Assinatura: 29/08/2016.

(SICON - 01/09/2016) 155625-15201-2016NE800013

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2016 - UASG 154003

Número do Contrato: 18/2014. Nº Processo: 23038001682201450. PREGÃO SISPP Nº 9/2014. Contratante: FUND COORD DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUP. CNPJ Contratado: 40432544000147. Contratado: CLARO S.A. Objeto: Estender o prazo de vigência a partir de 21/08/2016 até 21/08/2017. Fundamento Legal: Artigo 57, II, da Lei 8.666/1993. Vigência: 21/08/2016 a 21/08/2017. Valor Total: R\$24.834,30. Fonte: 112000000 - 2016NE800338. Data de Assinatura: 19/08/2016.

(SICON - 01/09/2016) 154003-15279-2016NE800164

EDITAL

Processo nº 23038.008975/2012-04

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.692, de 02.03.2012, torna público o resultado da análise de renovação de projetos conjuntos de pesquisa do Programa CAPES/SIU - 2012, Edital 53/2012, cujo extrato foi publicado no DOU de 07/12/12 - seção 3 - pag. 55.

Endereço: O resultado está disponível no sítio da CAPES: www.capes.gov.br

ABÍLIO A. BAETA NEVES

DIRETORIA DE GESTÃO

EXTRATO DE COOPERAÇÃO

TED-PROAP 4652/2016. Espécie: Termo de Execução Descentralizada firmado entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - CNPJ: 00.889.834/0001-08 - UG/Gestão: 154003/15279 e o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. CNPJ: 42.441.758/0004-05; UG/Gestão: 153010/15244; Objeto: Cooperação entre os participantes para a execução do Programa de Apoio à Pós-Graduação - PROAP, segundo as normas contidas em seu regulamento vigente, no âmbito da Ação 0487 - Concessão de Bolsas de Estudo no País, integrante do Programa de Governo 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Classificação Orçamentária: Programa de Trabalho: 12.364.2080.0487.26291.0001; Fonte de Recursos 0108; Grupo de Despesa: "3" Valor: R\$ 63.538,07. Data de Assinatura: 05/07/2016. Vigência: de 02/09/2016 a 31/12/2016. Signatários: Marta Wendel Abramo - Diretora de Gestão; Carlos Henrique Figueiredo Alves - Reitor.

DIRETORIA DE PROGRAMAS E BOLSAS NO PAÍS

EXTRATOS DE DOAÇÕES

Termo de Doação - CONVÊNIO PRO-EQUIPAMENTO 49/2010. Doador: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. CNPJ: 00.889.834/0001-08. Donatário: Instituto Butantan. Objeto: Doação de bens adquiridos por Instituto Butantan, com recursos provenientes de convênio concedido pela Fundação CAPES. Fundamento Legal: Artigos 1.165 e seguintes do Código Civil Brasileiro, Decreto nº 99.658 de 30/10/90, Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. Signatário pela CAPES: Geraldo Nunes Sobrinho - Diretor de Programas e Bolsas no País e pela IES: Marcelo de Franco - Diretor Substituto.

Termo de Doação - CONVÊNIO PRO-EQUIPAMENTO 53/2010. Doador: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. CNPJ: 00.889.834/0001-08. Donatário: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. Objeto: Doação de bens adquiridos por Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, com recursos provenientes de convênio concedido pela Fundação CAPES. Fundamento Legal: Artigos 1.165 e seguintes do Código Civil Brasileiro, Decreto nº 99.658 de 30/10/90, Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. Signatário pela CAPES: Geraldo Nunes Sobrinho - Diretor de Programas e Bolsas no País e pela IES: Luis Passoni - Reitor.

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 7/2016 - UASG 155124

Nº Processo: 23538000788201667. Objeto: Aquisição de radiador de tubo de raio X, compatível com o equipamento de tomografia da marca TOSHIBA modelo Aquilon 64/BF Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Apenas a empresa TOSHIBA comercializa a peça solicitada Declaração de Inexigibilidade em 29/08/2016. ANA LÚCIA LYRIO DE OLIVEIRA. Gerente Administrativa (em Exercício). Ratificação em 29/08/2016. MARIA JOSE MARTINS MALDONADO. Superintendente (em Exercício). Valor Global: R\$ 44.895,00. CNPJ CONTRATADA: 46.563.938/0001-10 TOSHIBA MEDICAL DO BRASIL LTDA.

(SIDECA - 01/09/2016) 155124-26443-2016NE800090

EDITAL Nº 5, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016 CONCURSO PÚBLICO Nº 3/2016 RETIFICAÇÃO

O Presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, no uso de suas atribuições legais, torna pública a retificação do edital nº 01, de 31 de agosto de 2016 do Concurso Público para a contratação do quadro de

Divulgação da lista provisória de inscrições deferidas e indeferidas	27/10/2016
Problemas com inscrição/retificação de dados	31/10 e 01/11/2016
Divulgação da lista definitiva de inscrições deferidas e validadas	29/11/2016
Liberação do Cartão de Confirmação de Inscrição	6/12/2016
Divulgação dos locais da Prova Escrita	
PROVA ESCRITA (OBJETIVAS E DISCURSIVAS)	11/12/2016
Divulgação do gabarito da Parte Objetiva da Prova Escrita	12/12/2016
Recurso do gabarito da Parte Objetiva da Prova Escrita	13/12/2016
Resposta do recurso gabarito da Parte Objetiva da Prova Escrita	15/12/2016
Divulgação das notas da Parte Objetiva da Prova Escrita	21/12/2016
Recurso das notas da Parte Objetiva da Prova Escrita	22/12/2016
Resposta do recurso das notas da Parte Objetiva da Prova Escrita	5/1/2017
Divulgação das notas da Parte Discursiva da Prova Escrita	11/1/2017
Solicitação de vista da Parte Discursiva da Prova Escrita	12/1/2017
Vista da Parte Discursiva da Prova Escrita	16 e 17/1/2017
Pedido de revisão da Parte Discursiva da Prova Escrita	18/1/2017
Divulgação da revisão da Parte Discursiva da Prova Escrita	26/1/2017
Divulgação dos temas para a Prova de Aula	27/1/2017
Divulgação do calendário para a Prova de Aula	
PROVA DE AULA	30/1 a 4/2/2017
Entrega dos títulos	30/1 a 6/2/2017
Divulgação do resultado da Prova de Aula e da Análise dos Títulos	10/2/2017
Solicitação de recontagem da Análise de Títulos	13/2/2017
Resultado da recontagem da Análise de Títulos	16/2/2017
Resultado Final do Concurso Público	16/2/2017

peçoal, com lotação no Hospital Universitário Gaffrée Guinle da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - HUGG-UNIRIO conforme a seguir:

Onde Se Lê "...visando ao preenchimento de 382 vagas distribuídas nos seguintes Editais: Edital nº 02/2016 para preenchimento de 127 vagas na Área Médica, Edital nº 03/2016 para preenchimento de 190 vagas na Área Assistencial e Edital nº 04/2016 para preenchimento de 65 vagas na Área Administrativa, conforme autorização da Portaria nº 22 do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no Diário Oficial da União em 03 de junho de 2016..."

LEIA-SE: "...visando ao preenchimento de 526 VAGAS distribuídas nos seguintes Editais: Edital nº 02/2016 para preenchimento de 174 VAGAS NA ÁREA MÉDICA, Edital nº 03/2016 para preenchimento de 258 VAGAS NA ÁREA ASSISTENCIAL e Edital nº 04/2016 para preenchimento de 94 VAGAS NA ÁREA ADMINISTRATIVA, conforme autorização da Portaria nº 22 do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no Diário Oficial da União em 03 de junho de 2016..."

KLEBER DE MELO MORAIS

AVISOS DE ALTERAÇÃO PREGÃO Nº 83/2016

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U. de 25/08/2016 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - A aquisição de frascos para hemocultura e cédencia em regime de comodato de um aparelho automatizado para realização de exames microbiológicos de hemocultura, no âmbito do HUMAP - Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian/UFMS. Total de Itens Licitados: 00004 Novo Edital: 02/09/2016 das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Avenida Senador Filinto Muller, 355 Vila Ipiranga - CAMPO GRANDE - MS. Entrega das Propostas: a partir de 02/09/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 15/09/2016, às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

(SIDECA - 01/09/2016) 155124-26443-2016NE800090

PREGÃO Nº 84/2016

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U. de 29/08/2016 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - A aquisição de GASES MEDICINAIS E INDUSTRIAIS EM CILINDROS para atender as necessidades do HUMAP - Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian/UFMS/EBSERH. Total de Itens Licitados: 00009 Novo Edital: 02/09/2016 das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Avenida Senador Filinto Muller, 355 Vila Ipiranga - CAMPO GRANDE - MS. Entrega das Propostas: a partir de 02/09/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 16/09/2016, às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

(SIDECA - 01/09/2016) 155124-26443-2016NE800090

PREGÃO Nº 88/2016

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U. de 01/09/2016 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - A aquisição parcelada de lentes oftalmológicas e campo oftálmico descartável, para utilização nos pacientes submetidos a procedimentos ambulatoriais, clínico, cirúrgico, no âmbito do HUMAP - Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian/UFMS. Total de Itens Licitados: 00016 Novo Edital: 02/09/2016 das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Avenida Senador Filinto Muller, 355 Vila Ipiranga - CAMPO GRANDE - MS. Entrega das Propostas: a partir de 02/09/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 19/09/2016, às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

SANDRA MARIA DA ROCHA SOUZA
Chefe da Unidade de Licitação

(SIDECA - 01/09/2016) 155124-26443-2016NE800090